



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO DE ANÚNCIOS INSTITUCIONAIS MEDIANTE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO COM CONTRAPRESTAÇÃO DE PERMISSÃO DE USO TEMPORÁRIO DE BEM PÚBLICO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO E A EMPRESA [NOME DA CREDENCIADA].

DAS PARTES

O **MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO**, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº [•], com sede na [Endereço], doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato legalmente representado por seu Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Senhor **FÁBIO MACHADO IZAR**; e a empresa **[NOME DA CREDENCIADA]**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [____], com sede na [Endereço], doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu [Cargo do Representante], Senhor(a) [Nome do Representante], portador(a) do RG nº [____] e do CPF nº [____], com base no processo administrativo nº _____/2026, e com fundamento na inexigibilidade de licitação, nos termos do 79, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

1.1. O presente contrato vincula-se inexoravelmente ao Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 007/2026, ao Termo de Referência, ao Estudo Técnico Preliminar e aos documentos apresentados pela CONTRATADA no ato de seu credenciamento, os quais passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto deste contrato é a prestação de serviços de inserção de anúncios institucionais da Prefeitura Municipal de Campos do Jordão em emissoras de televisão, rádio e em portais digitais, de alcance regional, em contraprestação à outorga de Permissão de Uso Temporário de espaço público à CONTRATADA.

2.2. A veiculação abrangerá material estritamente informativo, educativo e de orientação social fornecido pelo CONTRATANTE, não recaindo à CONTRATADA nenhuma obrigação inerente ao planejamento, criação ou concepção publicitária.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS QUANTIDADES E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A CONTRATADA compromete-se a ofertar ao longo da vigência contratual as seguintes quantidades mínimas de inserções:

I – 70 (setenta) inserções em emissora de Televisão de canal aberto, com 05 (cinco) segundos cada;

II – 650 (seiscentos e cinquenta) inserções em emissora de Rádio FM, com 30 (trinta) segundos cada, entre as 06h00 e as 00h00;

III – 201 (duzentas e uma) inserções de mídia display em Portal Digital.

CLÁUSULA QUARTA – DA DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA E RODÍZIO

4.1. Sendo o credenciamento um sistema não excludente e havendo pluralidade de interessados, a distribuição da demanda de veiculação de cada campanha publicitária obedecerá a um sistema de rodízio rigoroso, sequencial e cíclico, escolhidas por sorteio público.

4.2. Cada acionamento da CONTRATADA equivalerá à execução de um lote de inserções. Finalizado o lote, a CONTRATADA será realocada no final da lista de rodízio.

4.3. É vedada ao CONTRATANTE qualquer preferência de ordem subjetiva. Caso a CONTRATADA não possua disponibilidade de grade no momento da convocação, passará imediatamente para o final da fila de acionamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPRESTAÇÃO

5.1. Não haverá, em hipótese alguma, repasse, pagamento ou desembolso de recursos financeiros pecuniários por parte do CONTRATANTE.

5.2. Como contraprestação e valoração econômica pelos serviços prestados dispostos na



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

Cláusula Terceira, o CONTRATANTE outorga à CONTRATADA a Permissão de Uso Temporário de um espaço público, correspondente a uma área de 220 m² (duzentos e vinte metros quadrados), situado na Praça São Benedito, no Centro de Capivari, Município de Campos do Jordão/SP.

5.3. A permissão de uso do espaço fica adstrita exclusivamente ao período de 12 de junho de 2026 até 12 de agosto de 2026.

5.4. No espaço outorgado, a CONTRATADA poderá montar, em caráter transitório e provisório, stands para transmissão jornalística, ativação de propaganda de patrocinadores parceiros e venda de produtos autorizados.

5.5. A exploração do espaço concedido subordina-se à estrita observância do ordenamento jurídico municipal, sobretudo das leis sobre posturas, paisagem urbana, poluição visual e sonora.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR ESTIMADO

6.1. O valor estimado deste Contrato Administrativo — representado pela equivalência econômica entre o valor das inserções publicitárias e a avaliação técnica da permissão de uso do espaço público concedido em contrapartida — é de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais).

6.2. Em razão do modelo de contraprestação pactuado (permuta mediante permissão de uso de bem público), este contrato não acarretará onerosidade financeira direta aos cofres municipais, restando dispensada, por conseguinte, a indicação de dotação orçamentária para empenho de despesas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Além da fiel execução dos serviços de veiculação (Cláusula Terceira), a CONTRATADA obriga-se a:

I – Refazer imediatamente as inserções que não obedeçam à qualidade técnica ou que sejam veiculadas fora do horário estipulado na Ordem de Serviço, arcando com todos os custos operacionais;

II – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no chamamento público (conforme exige o art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021);

III – Arcar com todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, encargos previdenciários



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

e trabalhistas inerentes à prestação dos serviços e à exploração do espaço concedido;

IV – Adotar medidas de proteção e controle ambiental durante a fruição do espaço (Praça São Benedito), coibindo ruídos excessivos, promovendo o uso racional de energia elétrica e providenciando o descarte adequado de todos os resíduos gerados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O CONTRATANTE compromete-se a:

- I – Fornecer tempestivamente as mídias, arquivos e conteúdos institucionais a serem veiculados pela CONTRATADA;
- II – Garantir à CONTRATADA o livre acesso e a pacífica fruição do espaço público de 220 m² na Praça São Benedito durante o período estipulado na Cláusula Quinta;
- III – Realizar o controle público do sistema de rodízio.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 9.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por gestor e fiscal de contrato especialmente designados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo.
- 9.2. A fiscalização avaliará, além do cômputo quantitativo das inserções efetuadas pela CONTRATADA, o fiel respeito aos horários, a qualidade audiovisual e a regularidade do uso da área pública concedida, devendo relatar formalmente qualquer ocorrência para fins de aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento injustificado das cláusulas contratuais, bem como a inexecução total ou parcial do contrato, sujeitará a CONTRATADA, após garantida a prévia defesa e o contraditório, às sanções delineadas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021:

- I – Advertência;
- II – Multa compensatória equivalente a até 20% (vinte por cento) do valor estimado deste contrato (Cláusula Sexta);
- III – Impedimento de licitar e contratar;
- IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.2. Constatado uso indevido ou desvio de finalidade do espaço público cedido temporariamente na Praça São Benedito, a permissão de uso será sumariamente revogada, independentemente da aplicação das multas pecuniárias, acarretando o



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO ESTADO DE SÃO PAULO

imediate descredenciamento da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO E DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. O contrato extinguir-se-á, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial:

I – Pelo advento de seu termo final, ressalvada a hipótese de prorrogação;

II – Pelo descredenciamento da CONTRATADA motivado por violação a obrigações contratuais, após procedimento administrativo;

III – Pelo descredenciamento a pedido da CONTRATADA, mediante requerimento com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

12.1. O prazo de vigência deste Contrato Administrativo será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

12.2. A vigência poderá ser prorrogada, dentro dos limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, mediante aditamento contratual formal, desde que a dilação atenda ao interesse do CONTRATANTE e persista a vantajosidade do credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campos do Jordão/SP para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da execução deste contrato que não puderem ser solucionadas por meios autocompositivos.

E, por estarem justos e acordados, firmam as partes o presente Contrato Administrativo, mediante assinatura eletrônica e/ou física, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Campos do Jordão/SP, ____/____/2026.

FÁBIO MACHADO IZAR Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo
MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO (CONTRATANTE)



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO
ESTADO DE SÃO PAULO

[NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA] [CARGO DO REPRESENTANTE]
[NOME DA CREDENCIADA] (CONTRATADA)

TESTEMUNHAS:

Nome: CPF:

Nome: CPF: